

INSINUAÇÕES DE UM NÃO ESPECIALISTA EM UMA
REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS *

Paulo Maciel

(Universidade Federal de Pernambuco)

Deveria trazer a esta reunião uma mensagem. Discurso de estrangeiro em soberanias reconhecidas. Em todo caso, uma reflexão pessoal. A própria natureza deste Congresso e desta Ciência seduzem. Entretanto, o fato de ter passado um mês no Exterior, em uma viagem muito exigente, e o suplemento de problemas a resolver, quando da volta, não me permitiram escrever qualquer coisa de mais acurado, ou pelo menos extenso, admitido que o pudesse.

Vão simples lembretes, em todo caso cheios de boa vontade, e, porque não dizer, de alguma intencionalidade.

Estou convencido, como Reitor, no decorrer de uma intensa e já extensa vida pública, que, ou reencontramos o discurso ético, uma racionalidade para a ação, ou nos perderemos em definitivo. E, sobretudo, para os moços nos apresentamos vazios e sem praticidade, tímidos de parecer moralizantes, quando, na verdade, fugimos da reflexão.

Então, é como homem "situado", como dirigente universitário, que falo; aliás, é a única circunstância que justificaria minha palavra.

Serão "insinuações de um não especialista em uma reunião de antropólogos".

Começo por constatar, a propósito de Antropologia, um obstáculo, partindo dessa minha preocupação ética.

Isso se situa, sobretudo, no campo antropológico-cultural das Religiões, que, no Brasil e no Nordeste, têm especial importância, bastando, para não discutir, a avaliação percentual do que se escreve.

É que, como de ciência, a linguagem antropológica é constatativa, de verificação; como tal, expressa.

*) Conferência do Reitor da UFPe. no encerramento da XI Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Recife no período de 7 a 9 de maio de 1978.

Na profundidade, cada vez maior das suas pesquisas, na sua abrangência, incluindo cabedais de várias ciências humanas, a Antropologia vai pondo a claro essa nossa característica chamada racional.

Entretanto, quando estuda fenômenos, que envolvem conteúdos éticos ou religiosos, essa linguagem, a constatativa, leva facilmente a um desvio.

O que se constata é corretamente levado ao eixo explicativo do fenômeno. Entretanto, da parte do constatado ou do praticante, há que ver o envolvimento de sujeitos, os praticantes, de uma linguagem diferente. A linguagem deles é performativa, de adesão, de compromisso, de decreto e de outras idênticas.

O que procede, ou crê, tem compromisso e enriquece esse compromisso pelo sentimento e pela vivência.

Ora, o que constatamos pode explicar mesmo a um nível que possa considerar menos abrangente que esclarecimentos anteriores a ciência mais explicativa, o mito mais amplo mas não se pode pretender afetar pela constatação o que é um compromisso.

Assim, seria elidir todo um campo de conhecimento e ação, o religioso, e mais propriamente o revelado.

A observação leva à verificabilidade e à crítica. É claro que se constate ou se deva retificar em ciência, quando necessário. Agora, a participação, o desempenho do observador, a divulgação dos resultados, de nenhuma maneira deve acarretar desagregação, pelo desajuste do grupo ou quebra do comportamento. Isso seria uma falta ética ou uma ofensa à adesão religiosa.

Por conseguinte, há que ver, no fenômeno do comprometimento, o seu sentido de vinculação a um pensamento originário, que busca origens e que gera formas de ajuste social.

É curioso que a Antropologia, que tanto se enriqueceu das derivações da lingüística, possa, ao meu ver, colher esta insinuação quanto ao uso das linguagens, que devem ser diversas e não interferentes para diferentes padrões. É o que sugiro, em primeiro lugar.

A constatação não é compreensão, nem é convicção. Estamos em diferentes planos lógicos. A constatação usa a linguagem da verificabilidade, definitiva no seu setor. Entretanto, não deve se entender no caminho do compromisso, que também é conhecimento, ao seu modo. Afinal, essa diferença de posição envolve a própria Antropologia, que, de um lado, é conhecimento explicativo, interpretativo — ciência do homem — e, do outro, forma de ajuste — justificação do homem — pois que a Antropologia é “logos” do “anthropos”, por conseguinte, no todo, um duplo caráter inteligência, linguagem e, também, prática.

Sei que o problema do normal, implicado na avaliação dos fenômenos culturais e, sobretudo, nos religiosos, leva a um círculo vicioso. Não desconheço que com essa linguagem performativa já se admite a norma.

Poderia, porém, tentar estabelecer-me só no campo metodológico, para reconhecer a prática de uma moral ou a afetividade de um direito. Estaria prosseguindo nas chamadas “moral do dever” ou no pensamento jurídico kelseniano, a buscar, pela síntese do juízo ou pela idéia normativa, o fundamento prático das condutas, sem outras perquirições.

Mas, vamos, de propósito, mais adiante. Aí o problema se complica. Não é possível a verificabilidade no setor normativo.

Há deduções dentro do normativo, mas seu fundamento já é normativo, inegavelmente. Assim, poderemos admitir, usando símbolos ou palavras, uma lógica normativa, mas o seu fundamento se deslocaria deste logicismo.

Depois, se vamos às finalidades, determinadas pelos vários determinismos orgânicos ou ambientais — refiro-me aos biologismos ou aos ecologismos — fica sempre a indagação de como provar estas normatividades determinadoras. E ainda há deterministas, que discutem o conceito de norma, o que, no caso deles, é um paradoxo.

Procurar uma finalidade ideal teria de ser pela intuição sociológica; porém, a Sociologia mesma, pelo confronto de normas, mostra que não resolve o problema da normatividade geral. Passo ao largo do problema dos “tipos ideais”, pois além de se inserirem em um contexto epistemológico, acho, pelo pouco que sei, ser muito complexa a filosofia da ciência em Max Weber, bastando ressaltar o problema do nominalismo ou compreensivismo, ou a contribuição de ambos, no método tipológico.

Um “a priori”, de sentido kantiano, para as normas, também se esvai na incerteza, demonstrada pela própria relatividade do normativo ou seja pela variação no tempo do que se reconhece como ético. Aliás, o relativismo não se estende somente nesta esfera, porém, também, na das ciências chamadas empíricas e, curiosamente, é a partir destas que se está voltando a um realismo, conquanto, inicialmente, só lógico-pragmático.

A norma, porém, existe, é uma formulação particular de uma exigência.

É fundada, pois, na natureza humana. É, de si, interpelativa.

Por isso, já se disse que o “ego” é duplo. Ele é presente, como afirmação, e é futuro, como perpétuo adiamento. Isto vem, basicamente, da normatividade. Esta é uma invenção pessoal, da “persona”, do “role”, no sentido de se vincular a um desempenho, jamais adequado.

Em toda "situação" há algo de novo. É um demonstrativo explícito de uma nossa inadequação interior.

O discurso ético impõe-se, está ligado a ação. Faz-se mesmo, quando não se quer; o que é preciso é explicitá-lo.

Ainda mais, como discurso, a partir do normativo, se liga a um passado; porém, impõe um avaliativo, que corresponde ao presente e, em ambos, há uma interpelação de futuro.

Aqui, fica um segundo lembrete a esses antropólogos de boa vontade, que me honram com a audiência.

Há uma ciência feita de constatações, mesmo no campo humano, assim a Antropologia. Não é adequado, porém, excluir o campo do pensamento prático, nem colocar a metalinguagem da ciência antropológica ao nível do "sentido", que se tem de verificar na ação.

Mesmo que se tenham como certos que os princípios elaborados pelos modernos lógicos e analistas da linguagem, como "o princípio da caridade" (não no sentido moral, porém no sentido lógico de Quine,) "o princípio da humanidade" (Tarsky, entre outros lógicos) "o princípio do benefício da dúvida" ou "o princípio da concessão observacional" (de Hookway e mais outros) e mais outros princípios, são todos eles meras concessões epistemológicas, resta o fato que há algo a descrever no humano e, a partir daí uma imposição de agir.

Em face disso, caracteriza-se uma prudência, uma espécie de virtude conselheiral, quase no sentido aristotélico, que aqueles lógicos e filósofos da ciência admitem e que não podemos desconhecer, além da introspecção (lembro Blondel que dizia bastar poucos minutos de interioridade ingênua para descobrir o fundamento da moral) pelo pragmatismo (no sentido psicológico ou lógico).

De fato, o que há é uma volta ao senso comum, como fundamento do conhecimento teórico. Pode não se prosseguir, como os cultores, de antigamente, da chamada "filosofia primeira", os quais levavam o conhecimento até o plano metafísico, mas admite-se, hoje, em lógica e filosofia da ciência, um senso comum como base de uma prática realista, de interpretação e para a ação.

A Antropologia, como ciência humana, envolve processos formais ou empírico-formais, mas também é hermenêutica.

Em qualquer dos casos como em tudo, o seu fundamento já exige fundamento, mas, afinal, a verdade é a única noção que temos antecipadamente dada.

Anuncia a nossa finitude e aspiração do infinito.

Entretanto, e por isso mesmo, a Antropologia é uma ciência rica. Enquanto formal — e aí estão as conquistas do estruturalismo — usa processos empíricos e tem uma metalinguagem apropriada. Enquanto hermenêutica, busca “significações”, mas, aí, entra no campo das “totalidades” e chega à filosofia. Gostaria de excluir, no momento, o problema das dialéticas — no plural, pois que a marxista é uma das mais simples — bem como os das religiões, como integração total e superação da relação sujeito-objeto ou do problema da morte, pois no caso entraríamos em outra palestra.

É assim o antropológico: um campo de integração. Se, para os processos formais surgem os problemas da linguagem adequada, para a “significação” exige-se mais, além da linguagem, o porquê das “significações” e o integrar em “totalidades”, exigentes de outro plano explicativo.

Registro, aqui, nesta passagem, uma terceira insinuação, nesta palestra, pelo destaque da capacidade de discernir e integrar da Antropologia, como grau de saber.

No problema da existência dos “significados”, se ultrapassarmos um “a priori” kantiano, dado a diversidade de sínteses — e é isso que se constata pela aplicação de juízos — e, ainda mais, se reconhecermos que os conceitos teóricos exigem sempre, e cada vez mais, conceitos, — como sabem os cientistas — acabamos por ter de admitir uma espécie de pensamento constituinte, que efetue a realidade, que ligue às origens.

Realmente, o fato empírico é percebido, porém o pensamento, que já é condição de percepção, conceitua. Pelo conceito, por sua vez, antecipa experiências ratificadoras ou retificadores.

Chegamos, assim, em intensidade, até um pensamento originário e constituímos uma aproximação útil.

Aí, encontramos a fabulosa — nos dois sentidos, de extensão e de riqueza — contribuição da Antropologia na identificação dos mitos.

O mito manifesta um “logos”, implícito nas coisas.

Pode-se ficar na literalidade, para uma adaptação cósmica, por meio de uma linguagem mais simples, tentando compatibilizar o visível ao invisível. Pode-se ir ao símbolo — todos sabem em Sociologia do Conhecimento que mais que o signo ou o sinal, o símbolo proporciona conteúdos o qual se espraia em uma contextualidade maior, como se diz em Teoria da Literatura.

Também, e entretanto, pode-se prosseguir witengsteinenamente, (refiro-me sobretudo a segunda fase do filósofo inglês), aceitando um jogo de

linguagem, isto é, um padrão interpretativo conveniente a um dado nível de pensamento e língua.

Quando usa o símbolo, a Antropologia se projeta no sensível e integra-se na natureza. E é por este caminho que a lógica se torna ontologia.

Agora, veja-se que este "logos" não esgota o mito. Porque o "Mythos" é mais que o "Logos"; é concordância enquanto o "Logos" compreende. O "Mythos" concorda em tudo aquilo, que nós compreendemos diferentemente, isto é, em tudo aquilo que conscientemente pensamos até nas últimas e diversas compreensões. Não podemos nos compreender opostamente, mas podemos concordar que nos compreendemos diferentemente.

O elemento de concordância não está na experiência, não está na constituição de um apreender; está no estético. Reside na capacidade de síntese, na unificação, na peculiaridade do projeto. As próprias grandes explicações teóricas da ciência — não as suas particularizações — alcançam valor pela sua organização. Até mesmo no campo da física e da biologia. Há diversidades de compreensões, dentro das grandes teorias "míticas" e é daí que partem, quase sempre, as novas e grandes interpretações. A teoria relativista da gravitação pode admitir interpretações, segundo espaços riemannianos e teorias não riemannianas. Depois, constata-se a dualidade campo-partícula. O próprio Einstein tentou superá-la, fazendo a matéria geometrização do campo. Aí surgem problemas com a física dos "quanta". Porém estes são problemas que eu apenas posso assinalar e não penetrar.

Também na ordem biológica, com a admissão da grande teoria interpretativa dos quatro elementos básicos, a Adenina, a Guanina, a Citosina e a Uracila. Pode-se, a partir daí, andar pelo caminho do acaso ou da necessidade, conforme a hesitação que parece caracterizar a obra do grande Jacques Monod.

Por outro lado, e ainda sem competência para essas introduções, no campo da evolução humana, também há diferentes compreensões entre os que admitem a seleção natural de Darwin ou os que aceitam o lamarckismo (que os há por vezes implícitos) ou o "holismo" (com as integrações em diferentes unidades).

Todas estas teorias, e muitas outras, são processos cosmogênicos, baseados em condições constituintes das coisas visíveis e com caráter operativo. E são míticas. O mito é pois efetuação primária. Ele opera. Neste sentido é quase arte.

Vê-se pois, e é uma nota de emoção para um não antropólogo, que pode esta ciência alcançar este caráter de interioridade, por uma das suas vias, entendendo e operando. Então, é ciência e mesmo arte e por isso o seu caminho se enriquece do mais especificamente artístico. Antropologia é

ao meu ver um caminho de completudes, pois além da passagem ontológica e do caráter operante, os quais já admiti, pode, pelo padrão de linguagem, que é outra opção, chegar ao comprimisso da Revelação.

Se é assim por que não incluir a Fé?

Pode parecer isso estranho em um Congresso Científico; entretanto, não o é. A ciência não deve ter recusas, sobretudo a Antropologia, tão completa e tão inserida no fenômeno religioso.

Não que se ligue a Antropologia à Fé. Haverá sempre crentes e descrentes; o que não pode haver é incrêu de uma forma de conhecimento, que parte de um "acontecimento".

O que cabe ao Antropólogo é simplesmente admiti-lo ou seja, respeitar a Fé como um projeto próprio e uma linguagem adequada. O projeto e a linguagem da fé, que não são evidentes os da Antropologia.

A fé como projeto é salvífico. Inclui a esperança de melhor saber e de completude na ação, que são os alvos das bemaventuranças religiosas. Como linguagem, não é a da ciência, nem é a da filosofia, embora possa usar analogias, advindas destas.

Entretanto, também não é o mito.

Aponta um ilustre filósofo que o mito trata da manifestação. A fé da Revelação.

Um faz discurso, apreende ou tenta um "logos".

A outra, a fé, é um acontecimento que leva a uma transformação.

Já vimos, até, dentro do mito, onde pode chegar o "logos", mas ele não é transformante. Chega à concordância, que é diferente da compreensão; mas não altera a vida, conferindo-a a cada momento no fluxo temporal, como faz a fé.

Aliás, cabe ainda um acréscimo. É verdade que antes da concordância há a compreensão, porém esta também não é simples racionalidade. Daí, não se esgotar no "logos", permitindo que se vá adiante. O mito é mais abrangente que a ciência e menos verificável.

Há um estudo célebre de Antropologia filosófica que mostra na compreensão o esquema sujeito-objeto, não como simples identificação porém, e isso é essencial, como consciência crescente que se vai fazendo.

Compreender seria um ato de todo nosso ser. Voltar-se-ia para uma esfera existencial.

Há a procura de algo comum, de alguma coisa dada de antemão e é por isso que se fala, quanto ao mito e à possibilidade de compreendê-lo, em manifestação.

Diz ainda aquele autor, depois de uma meticulosa distinção, entre compreensão e convicção, numa nova síntese lógica: compreender é apreender, no máximo, o sistema sujeito-objeto; convencer-se é ser vencido. É ato de amor.

Observa que nenhum dos termos para exprimir concordância deriva de raízes, no campo filológico, conexas aos sinônimos do conhecimento racional — dedução, cálculo, inferência. A sinonímia é bem outra, de unidade, de aproximação, de concerto, de conciliar. Inclui, pois, o amor, até como raiz de termo, como etimologia.

Então prepara o “acontecimento”; daí, a citação do Upanischads que, afinal, abençoa todos os que não compreendem que não compreendem.

Damos, assim, um salto que pode não ser o nosso, o de cada um, mas que devemos admitir para valorização máxima da Antropologia.

Aí, sim, teremos uma Antropologia Integral.

Eis uma última e ousada insinuação.

Neste derradeiro plano, nesta integração aludida, encontramos o destino, porém não como imposição, nem como tragédia, à maneira grega, talvez como drama.

Há a descoberta da liberdade, que não se reduz à liberação, pregada por certas correntes — mas isso seria tema para outra oportunidade.

Assim, e aqui, insisto sempre no ético, nestas insinuações que foram modestas, porém sinceras angústias de um Reitor, nesta fala de agradecimento e de amizade.

Direi, até, que houve transbordamento. É que o homem público precisa ser sincero. Primeiro, consigo mesmo; e, falando, ao menos ouve melhor suas preocupações; colhe ressonâncias pessoais. Quando, consegue, ainda, o paciente eco dos amigos e dos sábios como o dessa audiência, à qual sou agradecido, tanto melhor se perdoada a ousadia da palavra.